



TRABALHOS DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
Vol. 35 (4)

ACTAS VIII

1º CONGRESSO de ARQUEOLOGIA PENINSULAR

PORTO
SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA
1995

**1.º CONGRESSO DE
ARQUEOLOGIA PENINSULAR**

(Porto, 12-18 de Outubro de 1993)

A C T A S

(Coordenação de Vítor Oliveira Jorge)

Vol. VIII

pude assistir ao crime
limpo, técnico, justificado.
com números insofismáveis,
com processos infalíveis,
cada um dos senhores bem postos,
excepcionalmente bem intencionados,
dava a sua solução para a chacina.
agonia lenta, milhares de gritos,
que uma água agora traiçoeira
ia pouco a pouco calando.

e o vale contorceu-se nos seus meandros
como uma gigantesca serpente
ferida de morte.
a mesma serpente que fenece
na amazónia, no coração da áfrica,
no delírio da dança.
em tudo quanto é alegria e juventude
do mundo.

e de novo me surpreendeu a inércia cúmplice
dos que sabiam o que estava a acontecer.
mas foram para casa tratar das suas vidas.

ficámos uns poucos, e eu tinha apenas
uma pistola de palavras.
contra o entardecer,
a placidez do rio,
a disparei.

e de todas as pedras saíram de novo
milhares e milhares de animais
que atroaram o vale com o seu tropel.
vi o seu olhar divino embebido
de morte.

perderam-se no céu, tingido de sangue.

deus abandonara-os, e abandonara-nos.

onde, daqui em diante,
encontraríamos paz?

O CÔA NUMA PERSPECTIVA CULTURAL*

por

Manuel Maria Carrilho**

Foz Côa tornou-se, durante um ano, um longo ano, na cabal e reiterada prova da ausência de qualquer dimensão cultural na política do governo anterior.

Poder-se-ia dizer que foi o epílogo de um período em que, nos últimos anos, se viveu a rasar cada vez mais o grau zero da cultura, e poder-se-iam mesmo referir diversos domínios e casos em que se ultrapassou esse limite. Mas o que Foz Côa revelou foi outra coisa, bem mais funda e determinante: foi uma insensibilidade cultural que se traduziu na completa indiferença pelo nosso património mais raro, foi a patética tentativa de, por vários meios, apagar, ocultar, sepultar esse património.

A descoberta de um património como a do que tem vindo a ser feita em Foz Côa — que não deixa de nos surpreender quanto ao seu valor arqueológico, unanimemente reconhecido pelos mais consagrados arqueólogos de todo o mundo — essa descoberta, dizia, é para os povos civilizados e em particular os seus governos uma justificada ocasião de festa. Entre nós tornou-se, todavia, num motivo de pesadelo: pesadelo para um governo que, verdadeiramente horrorizado com as descobertas arqueológicas do Vale do Côa, passou um ano, um longo ano, a inventar grosseiros estratégias que permitissem ignorá-las e, rapidamente, esquecê-las. Mas pesadelo também para um povo — e muito especialmente, deve-se dizê-lo, para uma juventude — que descobriu estupefacta que no seu governo se acolhia afinal um espírito de barbárie, de uma barbárie agora de recorte tecnocrático.

Dir-se-á que não, que o que se procurou e procura foi, e é, compatibilizar a construção da barragem com a preservação das gravuras. Foi este — e acabámos de o ouvir mais um vez — foi este, repito, entre as várias e contraditórias posições do governo anterior, o argumento mais repetido. Trata-se no entanto, e sublinho

este ponto, de uma posição toscamente demagógica e profundamente inculta: *demagógica* porque consiste, como se de um golpe de mágica se tratasse, em transformar o impossível numa evidência, como se fosse possível comer o bolo e continuar a tê-lo no prato; *inculta* porque revela o mais completo desconhecimento do que é o património arqueológico, as características do seu estudo e o modo como os seus elementos, nomeadamente quando se trata de elementos monumentais como as gravuras, só são compreensíveis através da sua perspetivação em conjunto, da relação entre os seus vários elementos artísticos e entre eles e o seu ambiente histórico-cultural.

Deixando aqui de lado a sua controversa possibilidade técnica e o eventual carácter devastador das suas consequências, é tão absurdo querer harmonizar a perspectiva patrimonial com a construção da barragem como sustentar que se possa substituir uma investigação laboratorial crucial por um jogo de fórmulas feito no papel. E, no entanto, é este charlatarismo que se apresenta agora como a solução, imagine-se, de “bom senso”!

A política não consiste em acenar com consensos que dispensem quem governa de ter que optar; ela consiste, antes de mais, em escolher, em opções claras que, essas sim, devem visar realizar consensos alargados na sociedade.

A solução para o Côa passa por outra política, que é a de ligar a cultura e o desenvolvimento. É esta articulação que, no quadro do “Plano de desenvolvimento integrado do Vale do Côa”, o governo se propõe implementar, criando o Parque Arqueológico do Côa.

Este parque pode ser o elemento motor de um efectivo desenvolvimento da região do Vale do Côa que — como acontece em Tautavel, em Lascaux, onde passam cerca de 1 milhão de pessoas por ano — combina o património e a economia, o lazer e o conhecimento, a investigação e o turismo, multiplicando o emprego e renovando em todos os aspectos a vida dessa região. Quando se sabe que existem, como existem neste momento, pedidos de cerca de 100 escolas de todo o país para que se organizem visitas às gravuras do Côa, temos que estar optimistas, mas também temos que agir rapidamente.

Neste sentido se iniciará em breve a preparação de guias qualificados para enquadrar as visitas, se criarão estruturas mínimas de acolhimento turístico, se construirá um centro cultural que forneça a informação indispensável e viabilize e estimule a realização de iniciativas culturais de índole diversa, se tomarão as necessárias medidas de segurança em relação ao património existente.

Mas se assim se criam, por um lado, as condições mínimas para se avançar com o projecto do Parque Arqueológico do Côa, por outro conquista-se a credibilidade indispensável para a obtenção de apoios, nacionais e internacionais, que só respondem e só aparecem quando as opções políticas são claras.

E a opção do governo é bem clara.

Ela assume toda a importância do *factor cultural* no desenvolvimento social e económico no quadro do qual o património é um valor não só inspirador como *motor*. Como há poucos dias escreveu um sociólogo “O património só faz sentido por relação com o nosso desenvolvimento. Ele não está lá por estar, ou por ser um sagrado intocável. Ele está cá, no meio de nós, das nossas necessidades e dos nossos projectos, porque precisamos dele para umas e para outros; precisamos de referências paisagísticas, monumentais e culturais que alimentem a nossa própria construção de paisagens, de monumentos e de cultura; precisamos dos nossos recursos naturais e sócio-históricos porque, sem eles, não conseguimos nem ordenar o nosso território, nem potenciar meios próprios de riqueza, nem endogeneizar, equilibrar e sustentar o nosso desenvolvimento” (A. Santos Silva, *Público*, 16-11-95).

Concluindo, o património é um dos elementos centrais da identidade dos povos. Mas a identidade não é uma sobrevivência que se defende colocando-se num relicário, ele é uma herança de que só somos dignos quando a continuamos a construir. Mais do que um retrato, ou resto, do passado, a identidade é, no complexo mundo em que vivemos, um instrumento com que se constrói, se pode construir, o futuro.

É isso que estamos a procurar fazer no Vale do Côa.

Lisboa, Novembro de 1995